

# Os caminhos da convivência com a seca

Clovis Guimarães Filho\*

Foto: Antonio Vicente - EBDA

O uso do termo “convivência com a seca” começa a dar sinais de desgaste, a julgar pelos novos termos que começam a surgir na mídia. Realmente, de tudo que se falou até hoje sobre conviver com a seca no nosso semi-árido, muito pouco foi efetivado, não considerando os programas de irrigação, não propriamente uma forma de convivência com a seca, já que modificam totalmente o ecossistema. Mesmo assim, os perímetros irrigados, hoje, correspondem apenas a menos de meio por cento da região semi-árida.

A busca da harmonia entre as atividades econômicas e a preservação dos recursos naturais demanda ações bastante abrangentes, exigindo uma ampla ação cooperativa multidisciplinar e multi-institucional. A extrema complexidade que envolve a natureza dos fatores responsáveis pela condição de pobreza das comunidades que nela habitam não permite que o estabelecimento de um programa de convivência com a seca se limite ou seja entendido como a mera ação de construir uma cisterna para o produtor ou de ensiná-lo a criar meia dúzia de cabras sem causar danos à caatinga. Exatamente por terem sido extremamente setorizados e terem desconsiderado o que o próprio ambiente oferecia é que os programas para o semi-árido não irrigado têm a apresentar resultados apenas pífios. Alheia a tudo isso, a degradação ambiental continua inexorável, com zonas fortemente afetadas já afetando cerca de 22% da superfície total. Alguém muito bem disse que, em termos de recursos hídricos, já estamos tomando emprestada água pertencente à próxima geração. O grande desafio é encontrar não apenas formas de uso do ecossistema caatinga que assegurem a

sua preservação, mas, também, que essas formas de uso sejam capazes de proporcionar uma oferta estável de bens e serviços, a custos competitivos, para um mercado cada vez mais exigente.

Nessa concepção, quatro etapas, não necessariamente seqüenciais, podem ser consideradas como prioritárias para que a convivência com a seca deixe de ser uma utopia e se transforme em algo possível de ser alcançado: reversão do processo de degradação ambiental, reordenamento dos espaços agro-econômicos, mudança do padrão tecnológico e inserção no mercado.

Sustar e reverter o atual processo de degradação dos recursos naturais do semi-árido parece ser a primeira medida a ser considerada em um programa de convivência com a seca. A medida teria como foco principal as bacias do São Francisco e do Parnaíba, mas atingiria todas as médias e pequenas bacias hidrográficas da região. As ações contemplariam, entre outras, o desassoreamento, a recuperação de matas ciliares, a redução de efluentes contaminantes, sem esquecer o estabelecimento de dispositivos permanentes de monitoramento que assegurem uma gestão eficiente dessas bacias no futuro. Devem ser incluídos, também, nessa etapa, programas de expansão da oferta de águas de superfície e subterrâneas, estas últimas com ênfase especial nas bacias sedimentares, e uma profunda reformulação na concepção dos atuais projetos públicos de irrigação, expandindo seus benefícios, via integração com áreas de sequeiro, com base em anéis diferenciados de acesso à água.

O reordenamento dos espaços agro-econômicos é outra medida que se impõe pela acentuada

\*Pesquisador da Embrapa Semi-Árido, Petrolina, PE. e-mail: [clovisg@cpatsa.embrapa.br](mailto:clovisg@cpatsa.embrapa.br)

diversificação do semi-árido, exigindo para cada espaço estratégias tecnológicas e de apoio diferenciadas. O zoneamento dos espaços próprios para cada atividade, agrícola ou não agrícola, e o conhecimento acabado de suas limitações e potencialidades, valorizando as especificidades locais, são requisitos básicos para o direcionamento de políticas públicas de apoio com o nível de eficiência requerido para regiões secas. Apenas dezesseis por cento da superfície do semi-árido apresenta bom potencial agrícola. Cerca de quarenta e sete por cento pode ser considerada de regular e baixo potencial e os restantes trinta e seis são inaptos para qualquer atividade agropecuária. Em todos esses espaços, contudo, o potencial para atividades não agrícolas ainda não foi devidamente dimensionado. Em alguns desses espaços aptos para atividades agrícolas, há ainda a necessidade de proceder ajustes fundiários. Nas áreas da Depressão Sertaneja (22% do semi-árido), mais de 70% dos estabelecimentos rurais têm área inferior a 50 hectares, mas, em seu conjunto, somam apenas 30 ou 40% da área total. Não há como um caprinocultor, por exemplo, preservar os recursos naturais e, ao mesmo tempo, oferecer um padrão de vida condigno à sua família com um estabelecimento de área inferior a 200 hectares. É necessário um rebanho caprino com, pelo menos, 300 matrizes (matrizes, não cabeças) para proporcionar esse padrão mínimo. Assentar famílias em lotes inferiores a 30 ou 40 hectares, nas áreas mais secas do semi-árido, mesmo associando o bode, a abelha, o umbu e o sisal, resultará, quando muito, em mera sobrevivência. Os ajustes fundiários constituem, talvez, a medida mais complexa de efetivar, mas são exequíveis e indispensáveis, considerado o enfoque dessa discussão.

A mudança no padrão tecnológico dos sistemas de produção é, na realidade, o passo crucial que irá permitir a inserção do produtor do semi-árido no mercado. A mudança implica, antes de tudo, a reestruturação e o fortalecimento da rede regional de assistência técnica e extensão rural, seja ela pública ou privada, e a formação de redes locais de apoio técnico. Só assim será possível fortalecer os processos de validação e transferência do enorme acervo de tecnologias e conhecimentos gerados e disponibilizados pela pesquisa e pela própria experiência de alguns produtores. Tem muita coisa boa ainda na prateleira, sem condições de ser levada ao produtor. No nordeste da Bahia, onde estão os maiores rebanhos caprinos e ovinos, estima-se haver apenas um técnico qualificado para cada 200 mil cabeças.

Um maior nível de tecnificação resultará em um impacto bastante limitado se o produtor, simultaneamente, não adotar técnicas gerenciais e organizativas que lhe permitam reduzir os custos unitários de produção e fortalecer o seu poder de barganha no mercado. Criar ou plantar ele sabe, o que

não sabe é vender. A efetiva inserção no mercado não será possível sem programas agressivos de organização e de capacitação gerencial do produtor (não confundir com a massificação de treinamentos, muito mais na base da oferta que da demanda, que estamos assistindo). Adequadamente capacitado e organizado será mais fácil ao produtor buscar a melhoria da qualidade e a valorização dos produtos regionais, identificando novas oportunidades de mercado e estratégias e canais alternativos de comercialização desses produtos que permitam a redução da cadeia de intermediação e uma maior articulação com os segmentos transformador e distribuidor. Esse objetivo será alcançado mais facilmente com uma maior articulação entre as instituições oficiais de pesquisa e as organizações-não-governamentais. A valorização dos produtos locais, conferindo-lhes uma identidade territorial e cultural que lhes proporcione a necessária diferenciação pode e deve se constituir no instrumento estratégico do produtor para encarar, com boas chances de sucesso, o processo de globalização dos mercados. São muitos os produtos agropecuários com potencial para essa finalidade, sendo o caprino, sem dúvida, o de maior potencial. Podem ser citados, também, o ovino, os produtos apícolas, o umbuzeiro, a fibra do sisal, o algodão em pluma e as madeiras de lei, com destaque para a aroeira e a baraúna, entre outros. Há ainda um vasto arsenal de alternativas para enriquecimento dessa lista, representado por espécies desconhecidas ou pouco conhecidas da flora e da fauna da caatinga, incluindo microorganismos (bactérias, fungos, líquens) e até genes, com potencial de aproveitamento econômico, todas ainda à espera da atenção da pesquisa.

As etapas acima devem ser vistas em seu conjunto. Nenhuma delas, isoladamente, propiciará benefícios significativos ou ganhos perenes. A complementaridade e a sinergia entre elas constituem o fator decisivo que permitirá atingir os objetivos maiores de um programa de convivência com a seca: a preservação dos recursos de solo, água, flora e fauna e o bem estar das pessoas que deles dependem.

Nada do acima mencionado, contudo, poderá ser feito sem o apoio vital do instrumento crédito. Há porém que adequá-lo às circunstâncias sob as quais operam os produtores. Para as atividades rurais de sequeiro no semi-árido, embora não se possa negar alguma melhora recente, o crédito tem sido caro, relativamente escasso e excessivamente burocratizado. As estiagens têm que ser encaradas como um fator normal de produção. A Austrália, maior exportador mundial de carne, subsidia metade dos custos da ração nos períodos de seca. Em nome da multifuncionalidade da propriedade agrícola os europeus anualmente dão bilhões de dólares em subsídios para o campo. Por que só o nosso caatingueiro tem que ser competitivo?